SÚMULA DA 011ª REUNIÃO ORDINÁRIA CPU-CAU/RJ

DATA:	18 de novembro de 2021, quinta-feira	HORÁRIO:	16h20 às 17h45
LOCAL:	Reunião Remota, realizada por meio de videoconferência		

PARTICIPANTES	Lucas Alencar Faulhaber Barbosa	PRESENTE
	Rosemary Compans da Silva	PRESENTE
	Rogério Cardeman	PRESENTE
	Lucinéia Lopes Evangelista	PRESENTE
	Tereza Cristina Alves Chedid	PRESENTE
	Letícia Jacome	Assessora da CPU
	Alessandra Vandelli	Assessora Especial
	Renata C N Antão	Secretária-Geral da Mesa

1. Verificação de quórum e apresentação da pauta	
Presenças	Verificado o quórum para início da reunião às 16:20, com os conselheiros acima nominados. Pontos da Pauta 1. Informes; 2. Plano Diretor (capital); 3. Planos diretores (Estado); e 4. Relatório de Impacto de Vizinhança.

2. Informes
O coordenador trouxe os seguintes informes • Edital de inscrições para o Conselho Gestor do FMHIS; • 3º Congresso Brasileiro de Habitação Social. A ser realizado nos dias 22, 23 e 24 de novembro • Seminário 20 Anos do Estatuto da Cidade, Planos Diretores e Resiliência, a ser realizado dia 25 de novembro. Fechado aos representantes dos CAU/UF.

3. Plano Diretor (capital)	
Discussão	Houve na última semana um encontro para apresentar o zoneamento. O conselheiro Rogério falou que das 7 audiências previstas para 2021 não houve nenhuma e provavelmente não haverá nenhuma até o final do ano. Foi falado sobre a elaboração de um guia (para cidades médias), o qual deverá trazer a estrutura básica a ser utilizada em um plano diretor. O conselheiro Rogério perguntou sobre a possibilidade de se contratar uma consultoria para auxiliar a elaboração desse guia.
Encaminhamento	Serão levantados os nomes dos pesquisadores que estudam/trabalham com revisão e análise de PDs. Os conselheiros Lucas e Rogério irão iniciar um rascunho sobre o guia.

4.	Planos diretores (Estado)
Discussão	O conselheiro Lucas iniciou o ponto perguntando sobre o retorno das prefeituras do Estado aos ofícios enviados pelo CAU/RJ, sendo informado que não houve retorno além dos três mencionados na última reunião. Foi falado sobre a dificuldade das prefeituras de atualizarem seus planos e de compreensão dos instrumentos. Ao passo que o conselheiro Rogério sugeriu um evento trazendo pessoas que estão acompanhando os planos diretores. O conselheiro Lucas ponderou que para ele o simples envio de ofícios não está funcionando, sendo importante se pensar em outras estratégias para se chegar aos municípios. A conselheira Rose falou sobre a importância de que a Comissão acompanhe também o "Observatório do IAB", que embora tenha uma proposta mais ampla, está realizando um trabalho muito próximo de acompanhar a política urbana e os PDs. Ela também ponderou que o acompanhamento da fiscalização nas visitas irá facilitar o acesso às prefeituras. A assessora Letícia informou que antes da pandemia os critérios da fiscalização tinham como diretriz que os municípios com mais arquitetos seriam os que receberiam visitas mais frequentes (Ex.: Campos), mas que se houvessem denúncias em regiões próximas, elas também seriam visitadas. Outra diretriz existente era de fiscalizar municípios não visitados. Havia a meta de cumprir todos os municípios do Estado até o final do ano. Ela ainda não sabe como se dará a fiscalização no próximo ano, nesse pós-pandemia. A conselheira Rose sugeriu que seja feita uma demanda ao Conselho Diretor, para que em 2022 todas as regiões sejam fiscalizadas e que a CPU acompanhe essas visitas, a partir de um calendário anual. A assessora Letícia lembrou os presentes do atendimento itinerante do CAU/RJ, também como uma alternativa de acesso às prefeituras.
Encaminhamento	Como encaminhamento será levado ao CD essa demanda de participação das visitas *in loco* junto à fiscalização. Foi pontuado a importância que as visitas constem no planejamento de 2022.

5.	Relatório de Impacto de Vizinhança.
Discussão	A conselheira Rose falou que na discussão do PL 136 e as discussões em torno dos estudos de impacto de vizinhança. Ela informou que a prefeitura do Rio de Janeiro está estudando fazer a regulamentação do RIV por decreto. Para ela o CAU/RJ deveria fazer algum evento específico para debater o tema, se regulamentar por decreto é ideal e quais os empecilhos dessa forma de regulamentação. O conselheiro Lucas complementou sobre o tema, informando que na última reunião do COMPUR foi criada uma câmara técnica para fazer essa regulamentação, de ZEIS/AEIS e RIV. Foi falado sobre a importância de ter um parâmetro a ser seguido, ao passo que

	as conselheiras Tereza e Luci compartilharam suas experiências com a legislação de EIV em Rio das Ostras e Itaboraí, respectivamente.
Encaminhamento	Será pensada uma reunião extraordinária com a pauta específica para discutir o tema (EIV e o PVL C25). Dentre os nomes sugeridos para o evento constam: Tarcyla/Alex, Luci e Marina da prefeitura.

Presenças	A reunião foi encerrada às 17h45 com os(as) participantes acima nominados(as).

Lucas Alencar Faulhaber Barbosa
Coordenador adjunto da CPU-CAU/RJ